



Jornal FNE Edição 136 – Set/13

Engenheiro traz nesta edição cobertura da discussão travada em Macapá, em 16 de agosto último, sobre o potencial agrícola e mineral do estado do Amapá. Com restrições ambientais e questões fundiárias a resolver, a unidade federativa, que era território até 1988, tem inúmeros desafios a vencer.

Também na pauta a importância de corrigir os problemas ocorridos durante a Copa das Confederações, disputada no Brasil em junho último, para evitar que se repitam no mundial de 2014. Se vários itens essenciais, como estádio e aeroportos, estão equacionados, outros, como os projetos de mobilidade, deixam a desejar. Análise foi em Fortaleza, em 21 de agosto.

No cenário de muitas tarefas a cumprir, especialmente no que diz respeito à infraestrutura nacional, destaca-se a proposta da criação da carreira pública para o engenheiro nos âmbitos federal, estadual e municipal. O projeto de lei sobre o tema teve origem na Câmara, já passou pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado e aguarda apreciação da de Constituição e Justiça. Se aprovado, precisará ainda de sanção da presidente Dilma Rousseff.

Em entrevista, o engenheiro e consultor Amir Khair fala sobre a necessidade de reduzir juros e investir em políticas públicas. Em C&T, o centro de excelência em gás natural que está sendo montado no Rio de Janeiro e será o maior da América Latina. E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

O Senge Roraima vem lutando por uma engenharia unida, e temos a convicção de que essa meta só será alcançada com o fortalecimento da categoria, o que exige respeito aos direitos dos profissionais, incluindo-se condições de trabalho adequadas, o que, infelizmente, ainda não é a regra no estado. Outro ponto importante é aprimorar a democracia nas instituições governamentais nas quais essa mão de obra especializada atua.

Acreditando que a composição e o diálogo são a melhor solução para o pleno convívio social, os profissionais da área tecnológica das Secretarias Estaduais de Infraestrutura (Seinf), Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), da Agência de Defesa Agropecuária (Aderr) e da Fundação Estadual de Meio Ambiente (Femarh) reuniram-se no dia 7 de agosto de 2013, no auditório da Universidade Estadual de Roraima (Uerr), para uma assembleia geral. Na ocasião, foi eleita uma comissão formada por integrantes das entidades representativas dos trabalhadores desses órgãos. São elas: Senge, Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio (Sintec-RR), Sindicato dos Técnicos Industriais (Sintar), Associação dos Engenheiros Agrônomos (AEA) e Associação dos Engenheiros e Arquitetos (Area).

A pauta de reivindicações aprovada inclui implantação de Plano de Cargo, Carreira e Salário que contemple no mínimo correção salarial de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a partir da data de ingresso nos quadros do governo; salário mínimo profissional de acordo com a Lei 4.950-A/66 ou a inclusão da remuneração inicial na Lei Complementar 053/2001 do estado de Roraima; gratificações por pós-graduação; e equiparação salarial dos técnicos de nível médio com garantia de 66% da remuneração dos de nível superior. No que diz respeito às condições de trabalho, pleiteia-se aquisição de equipamentos adequados e atualizados e de veículos.

Um sinal positivo foi dado em 29 de agosto, quando o governador José de Anchieta finalmente recebeu os representantes dos trabalhadores em audiência e ouviu nossas reivindicações. O chefe do Executivo solicitou um prazo para estudar o impacto sobre as finanças do estado e ficou de dar uma resposta até dia 17 de setembro. Continuaremos atuando de forma organizada em defesa dos profissionais de Roraima.

Estrutura aprimorada – Além de uma participação conjunta com os profissionais da área tecnológica, o Senge Roraima vem atuando para que o profissional esteja atualizado e próximo aos assuntos da categoria. Para isso, acreditamos ser imprescindível que haja um local com instalações adequadas e confortáveis para o atendimento aos engenheiros, o que será providenciado ainda em 2013. Recentemente, foram contratadas assessorias jurídica e de comunicação, o que possibilitará ao sindicato atuar de forma mais efetiva e também divulgar suas ações. Essas conquistas somente estão sendo possíveis devido ao grande suporte intelectual e financeiro oferecido pela FNE e também pela aproximação com os demais sindicatos da nossa federação. Agradecemos, portanto, ao presidente da entidade, Murilo Celso de Campos Pinheiro, pelo incondicional apoio.

Wolney Costa – Presidente do Senge Roraima

PROFISSÃO

País em desenvolvimento, para o Brasil é essencial a construção de sua infraestrutura. Tal necessidade motivou o deputado federal José Chaves (PTB-PE) a apresentar, em 2010, projeto de lei (nº 7.607) que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, com a seguinte redação: “As atividades próprias das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo, quando realizadas por profissionais ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal, são consideradas atividades essenciais e exclusivas de Estado.”

Já votado pela Câmara, o PL tramita no Senado sob o número 13/2013. A matéria foi aprovada, em 7 de agosto último, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e agora aguarda apreciação na de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Em defesa do seu projeto, Chaves aponta a contradição entre a necessidade de expansão econômica e desenvolvimento social e a carência de quadros de servidores engenheiros e arquitetos em todas as áreas de atuação desses profissionais no setor público. “Muitas obras contratadas pelo governo sofrem atrasos ou estão paralisadas devido à falta de estudos técnicos – na quantidade e qualidade necessárias –, de projetos executivos, de planejamento de longo prazo, de cultura de manutenção, entre outros aspectos importantes”, critica.

Considerando o PL de suma importância, não só para assegurar condições de carreira e remuneração adequada aos que atuam no serviço público, mas também para garantir à sociedade o trabalho desses profissionais, essencial ao desenvolvimento e ao bem-estar da população, a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) vem atuando pela sua aprovação. Com esse objetivo, esteve no dia 15 de julho com a senadora Ana Amélia (PP/RS), relatora do projeto na CAS. O tema foi também objeto de correspondência enviada em 12 de agosto à presidente Dilma Rousseff, na qual a entidade destaca a importância de se valorizar os engenheiros brasileiros. “É preciso dar esse passo fundamental para a organização do Estado e da mão de obra imprescindível ao seu funcionamento”, destaca o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro.

Caso aprovado na CCJ, o projeto vai à sanção presidencial. O presidente da Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Poder Executivo Federal (Anseaf), José Roberto Senno, alerta para o risco de o projeto ser vetado devido ao entendimento de ser a matéria de iniciativa exclusiva do Executivo. “O governo chama para si a elaboração ou mudança de qualquer lei que diga respeito ao servidor público federal”, explica. No entanto, esclarece ele, como o PL tem reflexo também sobre estados, Distrito Federal e municípios, passa a ser prerrogativa do Congresso Nacional.

Agentes e gargalos

O autor do projeto está confiante na sua aceitação: “Vamos trabalhar juntos: entidades, profissionais e parlamentares para convencer a presidente Dilma a não vetar e que compreenda a devida necessidade de valorização dos profissionais que são os verdadeiros

agentes da infraestrutura do País.” Para Chaves, a carreira essencial de Estado servirá, inclusive, como incentivo para que esses profissionais trabalhem na área da sua formação acadêmica. “Assim, essa mão de obra aparecerá e não teremos mais a situação constrangedora de pagarmos remuneração ruim e criarmos, com tal condição, um desvio para outras atividades.” Tornará, acrescenta ele, sem sentido procurar essa mão de obra fora do Brasil. “Isso é triste, pois devíamos primeiro valorizar os profissionais brasileiros para que esses, sim, se tornassem suficientes às necessidades do País. Que seja uma lição do presente para melhorarmos a nossa cultura de planejamento de longo prazo”, enfatiza.

Senno, da Anseaf, lembra que esse esforço é mais que necessário para resgatar a engenharia na esfera pública. Segundo ele, o salário médio de um servidor federal dessa área equivale a 26% da remuneração média de um advogado da União. Além disso, o contingente é baixo diante das necessidades. “São menos de 10 mil engenheiros, arquitetos e agrônomos, e precisaríamos de mais de 30 mil”, argumenta. Senno debita a essa situação o que define como “gargalo da infraestrutura”, com problemas em rodovias, portos, aeroportos, ferrovias e na mobilidade urbana.

Para reforçar sua tese, ele aponta o ranking do Fórum Econômico Mundial, divulgado no primeiro semestre deste ano, sobre competitividade entre 144 países. Os indicadores mostram o Brasil em 107º lugar em infraestrutura; 123º e 135º, em qualidade de rodovias e de portos, respectivamente; 134º, em transporte aéreo brasileiro; e 100º, em malha ferroviária. Ainda, segundo estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de outubro de 2011, metade dos municípios brasileiros não possui rede de saneamento básico.

Um exemplo grave do déficit no quadro de técnicos, conforme Senno, é o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), que tem menos de mil engenheiros para desenvolver várias atividades, entre elas planejar e contratar novas estradas ou manutenção das existentes, fazer reparos nas encostas em período de chuvas e pesquisar novas tecnologias.

CRESCER BRASIL

Tema que tem sido o foco do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” desde 2012 e objeto de convênio de cooperação entre a FNE e o Ministério do Esporte, a Copa 2014, juntamente com as Olimpíadas de 2016, integrou a programação do VIII Congresso Brasileiro de Regulação. O evento foi realizado em Fortaleza (CE), em agosto último, pela Associação Brasileira de Agências de Regulação (Abar), que tem como presidente o engenheiro José Luiz dos Santos, também diretor da FNE.

O assunto entrou em pauta no dia 21, abordando a importância de se levar em conta o interesse público na realização das obras e preparativos a esses grandes eventos. Nesse sentido, o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, destacou em sua palestra a

importância do legado esperado com a realização das competições mundiais no Brasil. A partir da avaliação feita pela entidade da Copa das Confederações, ocorrida em junho e vista por muitos como uma espécie de teste ao mundial do ano que vem, ele apresentou dez pontos essenciais a serem levados em conta.

Em primeiro lugar, destacou, estão os estádios construídos para os jogos, que se revelaram, “em geral, à altura das demandas reais”. Problemas operacionais, com alimentação no local e instalações sanitárias, são considerados de simples solução. Questão fundamental à realização da Copa, tendo em vista a necessidade de transmissão e cobertura pela imprensa, as telecomunicações não tiveram problema grave. No entanto, os torcedores sofreram com falhas de cobertura de telefonia celular e conexão à internet. “Isso exigirá dos comitês locais gestões junto às concessionárias desses serviços”, alertou.

No que diz respeito à hotelaria, ponderou o presidente da FNE, a grande maioria dos espectadores teve origem local na Copa das Confederações, o que impede uma avaliação mais precisa em relação à demanda que será gerada em 2014. No entanto, avalia, é provável que, mesmo que essa se amplie sensivelmente, não haja dificuldades de atendimento em nenhuma cidade-sede, por força do parque já instalado e das expansões em andamento. A mesma lógica vale para os aeroportos, pouco exigidos para o evento de junho, que devem estar à altura das necessidades no próximo ano, tendo em vistas as obras de expansão ou adequação feitas ou em andamento.

Mostrou-se também adequado, na sua opinião, o padrão de segurança dos visitantes. “A despeito do momento de séria conturbação que marcou a Copa das Confederações – com grandes mobilizações sociais –, não houve nenhum caso de insegurança coletiva de maiores proporções”, afirmou.

Providências a serem tomadas

Para Pinheiro, não se pode afirmar o mesmo, contudo, da segurança pública geral. “Não houve até agora nenhuma alteração de substância no aparato e nos procedimentos de segurança para os cidadãos em nenhuma das cidades-sede. O tratamento que se tem dado a esse assunto resume-se às datas de eventos, o que contraria o próprio conceito de legado”, criticou.

Ponto fraco durante a Copa das Confederações foi ainda a sinalização turística, apontou o presidente da FNE, que, “improvisada, instalada parcialmente e de última hora”, provocou transtornos em várias cidades em que se realizaram jogos. “Merece atenção urgente”, enfatizou. Também carece de providências o acesso às arenas, que apresentou situação desigual entre as cidades, com casos graves de dificuldades em Fortaleza e Recife. Segundo Pinheiro, é fundamental que se disponibilizem linhas eficazes de transporte em massa de torcedores, reduzindo ao máximo a necessidade de uso de veículos particulares e também traslados dos bolsões de chegada até os portões dos estádios. No entanto, lembrou, “é mais uma adequação logística que uma exigência de infraestrutura física”.

A mobilidade urbana é exatamente o item mais negativo do cenário avaliado pela federação, informou o dirigente. “A despeito da oferta de recursos financeiros federais a estados e municípios, há sério atraso nesse quesito”, relatou. “Com isso, está em risco um dos maiores legados que a Copa poderia deixar à população”, lamentou.

Por fim, embora esteja fora do escopo do convênio que a FNE mantém com o Ministério do Esporte, o presidente da federação chamou a atenção para a necessidade de se levar em conta o clamor das ruas, que, ao longo do mês de junho, questionou intensamente a realização da Copa 2014 no Brasil, contrapondo-a às demandas por mais e melhores serviços públicos. “Cremos que se trata de um assunto que não pode ser desprezado”, alertou.

O debate contou também com a participação do representante do Ministério do Esporte, José Roberto Gnecco, que abordou a importância da realização da Copa 2014 e das Olimpíadas de 2016 no Brasil. Entre os benefícios, estão, além da projeção internacional, os investimentos em obras e serviços, políticas públicas e oportunidades de negócios.

O secretário Especial da Copa do Estado do Ceará, Ferruccio Feitosa, fez uma preleção sobre as obras da Arena Castelão, que se notabilizou, conforme ele, pela eficiência. “Foi a primeira parceria público-privada realizada no Ceará e é um case de sucesso”, comemorou. Segundo ele, a obra que custou R\$ 518 milhões foi entregue com quatro meses de antecedência e não sofreu qualquer aditivo contratual.

Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Aroldo Cedraz falou sobre a fundamental fiscalização do uso do dinheiro público nas obras voltadas à Copa, objetivo que resultou em acordos de cooperação com órgãos estaduais e municipais. “É importante ter um bom projeto e uma boa governança para evitar erros, desvios e principalmente catástrofes”, asseverou.

CRESCER BRASIL II

Às margens do Rio Amazonas e atravessada pela linha do Equador, a cidade de Macapá abrigou em 16 de agosto último o seminário “As potencialidades minerais e agrícolas do estado do Amapá”. Promovida pelo Senge-AP em parceria com a FNE, a atividade integrou o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” e colocou em pauta os desafios a serem vencidos para que o antigo território, transformado em estado em 1988, possa assegurar geração de emprego e renda para sua população, de cerca de 670 mil habitantes.

Realizado no auditório do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-AP), o seminário teve início com a palestra do engenheiro agrônomo Sérgio Jorge, que apontou diversos entraves ao desenvolvimento da atividade agrícola no Amapá, a começar pela pequena área disponível para tal. Segundo ele, 72% dos 143 mil km² do estado representam área de conservação. Da parte cultivável, apontou, 1,2 milhão de hectares dizem respeito a

pequenos produtores e 1,8 milhão, à grande propriedade rural. Portanto, salientou, “quando se fala em agronegócio, não se pode menosprezar a agricultura familiar”.

Além da restrição ambiental, o engenheiro destacou a necessidade de desenvolver a cultura no Cerrado, bioma presente em cerca de 12 mil km², e de resolver questões de ordem geral, como a fundiária. “Grande parte da população ainda não tem título de propriedade da terra”, afirmou Jorge. A situação, explicou, dificulta o acesso ao crédito e a obtenção dos licenciamentos necessários à atividade. Como resultado, os recursos disponíveis não são usados pelos produtores.

Há ainda, segundo o especialista, problemas logísticos que atrapalham tanto a chegada de insumos, como o calcário escasso no Amapá, quanto o escoamento da produção. “É uma demanda para a engenharia, envolvendo colheita, armazenamento e transporte”, concluiu.

Recurso natural

O superintendente do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Antônio da Justa Feijão, falou sobre o Projeto de Lei nº 5.807/2013, que propõe novo marco regulatório para o setor e suas implicações. Crítico da matéria, ele aponta problemas como a criação do Conselho Nacional de Política Mineral e a Agência Nacional de Mineração, ambos previstos na proposição. “Será um desastre, afirma.” Na avaliação do geólogo, o caráter de alto risco presente na atividade é incompatível com o excesso de burocracia que, segundo ele, a mudança trará. Na sua concepção, o PL traz a “imposição do governo como único protagonista com imenso poder discricionário, decidindo sobre onde, quando e quem terá direito a explorar e explorar os recursos minerais”. Dessa forma, reclama, “o setor mineral passa a ser dependente de iniciativas governamentais, subtraindo sua característica básica de ser reconhecido por seu dinamismo”.

Na sua opinião, o maior controle estatal da atividade desestimulará a iniciativa das empresas privadas e excluirá do negócio as de pequeno porte, que buscam o financiamento do capital de risco para investimento em pesquisa. “O PL 5.807 retira do cenário as responsáveis pelas principais descobertas minerais das últimas décadas no mundo e causa desemprego em um setor que responde por cerca de 30% do PIB (Produto Interno Bruto) paraense e 5% do nacional”, disparou.

Conforme Feijão, não há necessidade de alterar o atual Código de Mineração, estabelecido pelo Decreto nº 227, de 1967, tendo em vista que o problema não seria a norma ultrapassada, “mas a deficiência causada pela falta de recursos humanos e materiais para aplicação da legislação vigente”.

Ainda segundo ele, o Amapá, que possui muitas jazidas pequenas de minerais diversos, merece atenção especial, tendo em vista a dificuldade de exploração por restrições ambientais. Entre os 1.300 processos atualmente ativos, a maioria dos 664 em fase de requerimento estão localizados em áreas de proteção e aguardam o assentimento do órgão responsável, informou. Apesar das reservas de pouca monta, a mineração representa 88% da balança comercial do Amapá, lembrou Bruno Cei, representante da Anglo Ferrous Amapá, presente ao debate.

O evento realizado em Macapá contou também com a presença dos presidentes do Senge-AP, da FNE e do Crea-AP, Lincoln Silva Américo, Murilo Celso de Campos Pinheiro e Laércio Aires dos Santos, do vereador João Henrique Rodrigues Pimentel (PR) e do coordenador do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, Fernando Palmezan Neto, que prestigiaram a sessão de abertura. O início do evento teve ainda a participação especial do músico Finéias Nelluty, que apresentou o “Samba do Cresce Brasil”, de sua autoria, juntamente com Américo e Carlos Monte.

O profissional liberal e a contribuição sindical

Integrou a programação do seminário realizado em Macapá (AP), em 16 de agosto, a palestra do assessor jurídico da FNE, Jonas da Costa Matos. Ele falou sobre a contribuição sindical do profissional liberal, cuja quitação é condição sine qua non para o exercício do ofício. Essa se dá, explicou, pelo pagamento, em fevereiro de cada ano, da guia específica para o tributo em benefício da entidade representativa. No caso dos engenheiros, o recolhimento deve ser feito em favor do sindicato da categoria no valor correspondente a 1/30 do salário mínimo previsto na Lei 4.950-A/66.

O advogado explanou ainda que, quando o engenheiro atua como empregado na iniciativa privada ou servidor público, está sujeito também ao desconto de um dia de salário vigente para todos os trabalhadores. “Não se trata de bitributação, pois o fato gerador de uma contribuição e de outra são diferentes”, disse. No entanto, apontou Matos, é possível ao profissional livrar-se da dupla cobrança. “Basta entregar à empresa a guia paga em fevereiro. Com isso, ele deixará de sofrer o desconto”, informou.

SINDICAL

TO

Aplicação de receituário agrônomo em pauta

No dia 28 de agosto último foi realizada a palestra Expedição do receituário agrônomo do Tocantins, ministrada por Carlos Barbosa Lima, responsável técnico da Divisão de Agrotóxico, da Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins (Adapec), no auditório da Secretaria da Agricultura e Pecuária (Seagro). Apesar de divergências quanto à expedição de receita agrônoma, os engenheiros agrônomos presentes concordaram que o documento só deve ser emitido por um agrônomo ou engenheiro florestal. Ao iniciar, o palestrante falou sobre a legislação estadual e federal, que determina os procedimentos a serem adotados para expedir, apontando primeiramente que se faça um diagnóstico in loco, coletando todas as

informações possíveis para orientar o usuário sobre como proceder ao usar o agrotóxico ou outra medida para resolver o problema constatado. Além de tratar da comercialização de agrotóxico e do descarte das embalagens. Ao encerrar, Barbosa Lima disse que na agência existe um bloco para emissão de receitas agrônomicas para os pequenos produtores. Na sequência, o presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Tocantins (Aeato), José Vieira Jucá, defendeu uma discussão mais profunda sobre o tema com representantes dos governos estadual e federal, que tenham poder de decisão. Para o presidente do Seageto, Antônio Ciro Bovo, esse tipo de evento é de suma importância aos profissionais. “Existe necessidade de ampla discussão, até mesmo nacional, para propor soluções de acordo com a realidade de cada região, porque no Tocantins predomina a agricultura familiar, já na região Sul a grande produção comercial”, avaliou. A realização foi do Aeato e do Seageto, com apoio do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Tocantins.

RS

Gratificação de Responsabilidade Técnica na Corsan

Os engenheiros e geólogos da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), no dia 22 de agosto último, conquistaram no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) o pagamento de Gratificação de Responsabilidade Técnica (GRT). Inédito na administração estadual, o benefício foi resultado da mobilização do sindicato junto aos órgãos públicos pela valorização dos profissionais da engenharia, que influenciam diretamente no desenvolvimento e nos projetos de interesse da sociedade. Na Corsan, a GRT é fundamental por incluir o conceito da responsabilidade técnica que é inerente ao serviço dos profissionais. O ACT ainda contém outros itens que asseguraram ganho real, prêmio projeto, cargos privativos de engenheiros e complementação salarial para garantir o piso profissional.

AC

Revista será lançada no seminário Engenharia urbana

Está programado para ocorrer nos dias 24 e 25 de setembro o seminário “Engenharia urbana: cidade e mobilidade, engenharia e arquitetura pública”, no teatro da Universidade Federal do Acre (Ufac). Nessa ocasião, o Senge-AC lançará a revista Acre Engenharia, em substituição ao seu jornal mensal. O objetivo é publicar matérias que retratem o desenvolvimento do estado, segundo os dirigentes da entidade. “Resolvemos ampliar nossa publicação mensal para esse formato, com o intuito de registrar através de reportagens o momento em que tanto a engenharia como todo o Estado estão vivendo. São transformações fundamentais para os avanços necessários nos campos econômico e social do Acre”, diz o presidente do sindicato, Sebastião Fonseca.

MA

Programada I Semana de Engenharia da Ufma

Acontecerá de 11 a 15 de novembro a I Semana de Engenharia da Universidade Federal do Maranhão (I Senge-Ufma), com patrocínio e apoio do Senge-MA, que proporcionará o intercâmbio científico, tecnológico e cultural entre alunos dos cursos de engenharia do Maranhão, profissionais e representantes da sociedade. O evento foi idealizado pelos centros acadêmicos da engenharia química, elétrica e de alimentos da Ufma, em São Luís (MA). Na ocasião, serão expostas pesquisas científicas dos alunos, ministradas palestras sobre temas da engenharia e promovidos minicursos e workshops para os participantes manterem contato com as empresas do ramo. Os inscritos poderão fazer visitas técnicas, ampliando o contato com a indústria ao conhecerem a realidade de uma planta industrial e vivenciar a aplicação do conhecimento teórico à prática. Um dos temas abordados durante o encontro será o exercício profissional, por sugestão do presidente do Senge, Berilo Macedo, feita durante reunião com representantes da universidade no dia 9 de agosto último, na sede do sindicato. “Acreditamos que o tema deve ser trabalhado para incentivar os universitários a terem uma formação de qualidade. O sindicato já trabalha e divulga o papel do engenheiro, o encontro fortalecerá a importância desse profissional no Maranhão”, garante ele. A programação, taxas e outras informações estarão disponíveis no site www.ufma.br e no facebook do I Senge-Ufma.

ENTREVISTA

Na contramão do que vem ocorrendo no mundo, o Banco Central vem aumentando a taxa de juros básicos. Em 28 de agosto, na quarta alta consecutiva em cinco meses, elevou o índice para 9% (incremento de 0,5%). Crítico dessa política, o engenheiro Amir Khair, consultor na área pública, salienta nesta entrevista ao Engenheiro que o País não conseguirá avançar enquanto não alterá-la. Secretário de Finanças da Prefeitura de São Paulo na gestão Luiza Erundina (1989-1992), ele apresenta propostas para o combate ao rentismo e garantia de melhores condições de vida aos brasileiros.

Qual a sua análise sobre a atual conjuntura econômica brasileira?

A conjuntura atual está evidenciando um crescimento extremamente moderado da economia, uma média inferior a 2% ao ano, com uma inflação mais próxima de 6%, afastando-se um pouco do centro da meta de 4,5%. Basicamente o cenário é influenciado por questões externas em que a disputa do comércio internacional ganhou uma dimensão muito forte, e o Brasil não está preparado para enfrentar. Assim, toda política que o governo vinha desenvolvendo de

estímulo ao consumo acaba sendo frustrada no sentido de que essa expansão não é atendida pela empresa local, ou o é preferencialmente pela importação.

O País até o momento não foi seriamente atingido pela crise econômica mundial e houve uma série de medidas para que isso não acontecesse. Mas o Brasil está sendo impactado, tem riscos de que a crise chegue com força?

O cenário externo não é, nem será favorável para os próximos anos. O Brasil vai ter que se apoiar fundamentalmente na economia doméstica e deve se preparar para ganhar uma posição mais competitiva internacionalmente, não dependendo exclusivamente da exportação da agricultura ou da pecuária e de algumas commodities que têm penetração internacional. O problema é que estamos com um rombo nas contas externas muito forte. Nos últimos doze meses encerrados em junho, que era o último dado disponível, estava em US\$ 72,5 bilhões, que correspondem a 3,2% do PIB [Produto Interno Bruto], já um recorde histórico, e é possível que neste ano bata em US\$ 80 bilhões. É uma situação bastante ruim, fragilizando os fundamentos macroeconômicos do País.

O Brasil tem reservas para enfrentar isso?

O Brasil tem reservas importantes para esse enfrentamento, que devem estar por volta de US\$ 370 bilhões, mas também tem um passivo financeiro elevado. Só em operações de maior especulação com os títulos públicos, já acumula cerca de US\$ 220 bilhões, e esse passivo pode ser retirado a qualquer momento, porque são aplicações em títulos que têm liquidez. Existem também, não conheço o montante, aplicações estrangeiras na Bolsa de Valores que, em situações de mais estresse, podem também sair. Existem estudos que dimensionam corretamente o passivo externo que parece que é superior às reservas, e acumulá-las é altamente danoso do ponto de vista fiscal, porque para constituí-las o Banco Central emite títulos, cria uma dívida para o setor público, para o governo federal, balizada pela taxa Selic e ele aplica essas reservas fundamentalmente em títulos do Tesouro americano que emitem da ordem de 1 a 2% ao ano. Essa diferença de taxas de juros é chamada de custo de carregamento, que é bastante elevado.

Então não é uma saída acumular reservas?

Eu acho que não, quando houve a crise de 2009, o Brasil tinha cerca de US\$ 200 bilhões de reservas e foi tranquilamente enfrentada a crise sem maiores problemas. Hoje estamos com cerca de US\$ 370 bilhões, praticamente o dobro, e o custo de carregamento é proporcional a esse volume e às taxas de juros que o País adota. É um dano fiscal extremamente elevado para o País manter reservas desse nível. Há uma falta de dólares no mercado, estamos com esse rombo externo, o investimento direto estrangeiro neste ano deve ficar inferior a esse montante e o Brasil deveria começar a vender um pouco dessas reservas.

O Banco Central vem aumentando a taxa de juros justificando que precisa conter a inflação. Como você vê isso?

Não tem maior inimigo da economia do que o Banco Central. O Banco Central serve ao interesse do mercado financeiro, é o que pratica as mais elevadas taxas de juros ao longo da história no mundo, e esse ônus é pago pela população como um todo com o dinheiro dos impostos que oneram principalmente as classes de menor renda. O Banco Central opera aumentando taxas Selic quando o mundo inteiro está baixando desde setembro do ano passado. Ele tem o diagnóstico de que inflação se combate assim, mas a Selic cria uma distorção na questão do câmbio, que é a forma como influi na inflação, tornando o real uma moeda supervalorizada em relação ao passado do Brasil e a outras moedas em comparações históricas. Há uma redução da Selic ao longo do tempo, então o comprometimento das finanças com juros no passado era maior ainda, a média histórica dos últimos 20 anos é da ordem de 7 a 8% do PIB. Este ano deve bater em 5%, ano passado foi um dos valores mais baixos da série, 4,8%. Em termos de valor, só considerando o governo federal, a média do primeiro semestre deste ano está em R\$ 16 bilhões por mês de juros, é um montante extremamente elevado se você levar em consideração que houve um aumento de 60% no programa Bolsa Família e este ano se prevê gastar R\$ 23 bilhões. Portanto, em menos de dois meses gasta-se com juros um Bolsa Família.

Isso demonstra uma necessidade urgente de combater o rentismo. Na sua opinião, têm sido feitas ações nesse sentido?

Condições do ponto de vista de apoio popular têm, do ponto de vista de enfrentar o mercado financeiro nenhum governo fez isso. O mercado financeiro é um grande financiador de campanhas eleitorais e tem um lobby poderosíssimo junto à mídia e aos governos, tanto municipais como estaduais e federal. A presidente Dilma foi a primeira pessoa que tentou fazer um enfrentamento, fez movimentos nessa direção dizendo que não tinha justificativa técnica para a prática de taxas de juros bancárias tão elevadas, o Brasil é recordista mundial, o que faz com que a produção e a riqueza sejam deslocadas em doses maciças para o mercado financeiro. Enquanto não houver uma política dura em relação ao mercado financeiro fazendo com que ele pratique taxas de juros em nível internacional, o Brasil não vai conseguir retirar o freio da economia. A média internacional dos países emergentes para pessoa física é de 10% ao ano, para os países desenvolvidos é de 3% ao ano. No caso brasileiro, antes de a presidente tentar reduzir as taxas nos bancos privados, ao que ela está usando a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, os juros se encontravam praticamente estáveis nos últimos anos em 120% ao ano para pessoa física e 60%, jurídica. Após, eles baixaram para um patamar que também se mantém praticamente estável, de 90% ao ano para pessoa física e 40%, jurídica. Uma pessoa que precisa comprar alguma coisa no crediário, a ser financiada em 12 meses, um prazo relativamente curto, está pagando praticamente o dobro do preço da mercadoria, uma parte em juros, então está tendo um grande freio ao seu consumo.

E esse dinheiro poderia ser investido em melhoria dos serviços públicos para o brasileiro.

Sim. Dinheiro tem, ele é desviado para pagar juros. O Brasil tem uma carga tributária de 35% do PIB e 5% são usados para pagar juros, ou seja, a carga líquida é da ordem de 30%. É um nível muito satisfatório, é perfeitamente possível fazer muito mais coisas, agora, isso pressupõe um Estado comprometido politicamente com a sociedade, e não com o mercado. Para isso, tem que ter competência para fazer a gestão, ter gente comprometida, mas como isso é um pouco escasso no setor público brasileiro, você acaba tendo um Estado oneroso. O Brasil é um dos países mais burocratizados que a gente conhece. Conseqüentemente, o governo deixa de usar o potencial que tem do sistema tributário para devolver na área social à população e enfrentar a questão da precária infraestrutura do País. Enquanto o governo não mudar a política econômica, o País não vai conseguir avançar.

Outra medida seria o controle do fluxo de capitais, para impedir a ação de capitais especulativos, que são retirados a qualquer momento do País?

Toda vez que o governo tenta colocar alguma restrição à entrada de capital especulativo, há uma grande reação na mídia, puxada pelo mercado financeiro, que tem os seus tentáculos aqui e fora. Ele faz todo um conjunto de ações procurando inviabilizar isso e dizendo que seria contra o interesse do País fazer o controle, porque o capital fugiria do País. Ora, o capital que interessa ao País é o que o desenvolve, seria de empresas que produzissem aqui para abastecer o mercado, para exportar. O capital nocivo ao País é o especulativo, e os governos sempre cortejaram o capital internacional como forma de manter o câmbio apreciado e controlar a inflação. O governo já tinha reduzido o Imposto de Renda a zero em 2003 sobre os rendimentos do capital aplicado em títulos do governo e retirou o IOF [Imposto sobre Operações Financeiras] há alguns meses para atrair o capital internacional e com isso manter o real apreciado e baratear a importação, sempre na estratégia de combater a inflação, que neste ano e em 2012, em grande parte, foi influenciada pelos alimentos. Se você retirasse esse componente, ela ficaria em média, nos últimos 12 meses, em 3,5%, abaixo do centro da meta.

Como combater essa inflação que é causada pelo preço dos alimentos?

Isso está sendo muito sendo absorvido pela intermediação, pelos atravessadores que têm o domínio da produção e da distribuição. Enquanto o governo não agir nessa intermediação, as coisas não vão funcionar. Outra forma é através dos estoques reguladores, aí são produtos não perecíveis em que o governo poderia ter uma política muito mais agressiva, para uso nos momentos de redução da oferta de modo a manter os preços sob controle. Outra forma é colocar imposto de exportação quando o interessado nos altos preços do mercado internacional direcionar mais produção e alimentos para fora do que para dentro. O governo tem um instrumento do imposto de exportação, não depende do Congresso, então mudar isso é da noite para o dia, se ele quiser. Mas não usa porque tem medo da crítica de que vai afugentar o exportador. Não afugenta, não.

Sobre investimento produtivo, aqueles que defendem as concessões privadas dizem que seria uma forma de o governo tentar atrair o investimento não especulativo. Essa é uma alternativa?

Depende de como se usa o setor privado. O governo é cercado por todos os lados pelo lobby privado, do interesse econômico, que prevalece normalmente. No sistema capitalista, o governo representa de fato os interesses econômicos, e a iniciativa privada não visa o bem geral da população, seu compromisso é com o lucro, razão de ser dela. É preciso controlá-la e direcioná-la para o interesse do País. Se o governo quisesse e se preparasse para atender as competências que a Constituição lhe determina, inclusive em termos de investimentos, de produção de bens, poderia obter resultados para a sociedade muito superiores. Acontece que o governo está desestruturado para fornecer seja serviços públicos nas áreas sociais, seja expertise em tecnologia e em projetos e investimentos. Se quiser ter competência em algumas áreas que envolvem bons técnicos, bons profissionais, tem que pagar bem. O PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] anda a passos de tartaruga, já deveria ter sido concluído, e os investimentos saem caríssimo no Brasil porque são dominados por meia dúzia de grandes empreiteiras que estabelecem o preço. Alguns poucos escândalos aparecem, a gente está vendo agora essa situação dos trens em São Paulo, no metrô, mas isso é geral.

Quais as medidas necessárias para garantir maior competitividade às empresas?

Primeira medida, e é uma radicalização, é reduzir a zero os impostos de importação dos insumos básicos. O primeiro golpe na competitividade são as empresas que estão no início das cadeias produtivas, praticam preços extremamente elevados e contaminam todos os preços da economia. Além disso, é preciso uma política agressiva de câmbio, fazer uma desvalorização imediata, não progressiva, rápida. O risco da inflação existe, mas é passageiro e não é forte. Sou defensor de uma maxidesvalorização feita num golpe só, sem nenhum aviso, para botar o câmbio numa posição adequada e evitar movimentos especulativos. E com isso retornar, devolver a competitividade retirada das empresas. É o que estão fazendo os EUA, a Europa, o Japão, são desvalorizações de sua moeda pra competir internacionalmente. Já o Brasil mantém o câmbio apreciado para controlar a inflação, ou seja, o que caracteriza sua política econômica, independentemente de governo, é o medo do fantasma da inflação, é a condução da economia pelo interesse do mercado financeiro.

Quais as propostas para mudar esse cenário e para que o Brasil retome o crescimento de forma sustentável?

Primeira providência é baixar a Selic para 5% ao ano, que é o que praticam os países emergentes. Com isso, faz-se com que o custo de carregamento das reservas internacionais diminua sobremaneira. A redução das taxas de juros ao tomador é outra medida extremamente importante, para isso há instrumentos, além de continuar botando o Banco do Brasil e a Caixa para competir nesse mercado com os grandes bancos privados. Ao jogar a Selic para baixo, reduzindo os lucros, você força os bancos privados a ganharem com o crédito, que

é a função deles, financiar o desenvolvimento do País. A terceira questão seria fazer a maxidesvalorização cambial. E ainda desonerar mais o consumo popular, por exemplo, em vez de desonerar o INSS [Instituto Nacional do Seguro Social] das empresas, desonerar o das pessoas, dos trabalhadores. A diferença é fulminante, isso repercute em ganho do poder aquisitivo. Também deveria atacar duramente a questão social, reduzindo custos por exemplo do transporte coletivo, a intermediação de alimentos, investindo maciçamente em saúde e continuar com bons programas, como o de habitação, só que com cuidado na questão do desarranjo na política urbana. São algumas medidas pontuais necessárias para o equilíbrio das contas públicas e externas. Não gastando dinheiro tão mal é possível atender muito mais a demanda social, o que pressupõe qualificar mais os servidores públicos, atraí-los por melhores condições de trabalho, de salário, e com isso fortalecer o Estado. E ter mais transparência é importante para evitar o abuso no poder econômico. Além disso, a reforma tributária é necessária, o sistema brasileiro é altamente regressivo, é uma das formas de golpear a má distribuição de renda existente. A pessoa que ganha até dois salários mínimos está pagando 49% do rendimento em tributos, mas a que ganha acima de 30 está pagando 26%. Vários estudos mostram isso. O ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços], que é estadual e é o maior do País, precisaria ter alíquotas muito mais reduzidas. Em uma conta de energia elétrica, de comunicação, praticamente um terço é onerado por ICMS, as camadas da população menos favorecidas são extremamente oneradas por esse imposto. A reforma tributária teria que ter foco no contribuinte, em quem paga a conta. O sistema tributário altamente regressivo teria que ser invertido e se tornar progressivo, mas isso não passa no Congresso brasileiro porque esse não representa o interesse coletivo.

C&T

Para atender demanda oriunda da descoberta de petróleo na camada do pré-sal, a partir de 2008, o Brasil conta agora com o Centro de Excelência em Gás Natural (CEGN). Parceria entre a Petrobras e o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe-UFRJ), a unidade foi inaugurada em 2 de agosto, ao encerramento do II Simpósio de Processos de Separação com Membranas (Simpam 2013), realizado na capital fluminense, na Cidade Universitária. O evento integrou as comemorações dos 50 anos da Coppe e do seu primeiro programa de pós-graduação, o de engenharia química, bem como dos 45 anos do Laboratório de Processos de Separação com Membranas da Coppe, um dos mais antigos da instituição.

Já em condições operacionais, o centro encontra-se em um prédio no Parque Tecnológico da UFRJ, em uma área de 2.200 metros quadrados. Conforme o professor do programa de engenharia química da Coppe e coordenador do Laboratório de Processos com Membranas do

CEGN, Cristiano Borges, é o primeiro do tipo na América Latina. À sua instalação, foram investidos R\$ 21 milhões.

Sua estrutura abrange laboratórios e inicialmente duas unidades piloto de separação do dióxido de carbono (CO₂) do gás natural. Ainda de acordo com ele, o objetivo é, sobretudo por esse meio, estudar e investigar as tecnologias de purificação do gás natural. “Hoje, tem-se sua produção quando se faz a extração do petróleo. Em águas profundas, o teor de CO₂ atinge valores muito elevados, o qual precisa ser removido para se transportar o gás ao continente”, ensina. A medida é necessária em função das especificações exigidas para sua extração, salienta o coordenador. Pela legislação brasileira, o gás natural consumido no País não pode ter mais do que 3% de dióxido de carbono em sua composição. Além dos ganhos econômicos que devem advir de um processo inovador, há vantagens ambientais. Segundo a assessoria de comunicação da Coppe, impedirá a dispersão do gás – “um dos principais vilões do efeito estufa, responsável pelo aquecimento global” – na atmosfera. Nesse sentido, o CEGN deve contribuir para sanar grandes desafios enfrentados e identificados desde o início pela Petrobras, com a descoberta do pré-sal.

Pesquisas para inovação

Borges explica que as tecnologias utilizadas para a separação do CO₂ são pelo processo de absorção ou com membranas. A primeira, convencional no Brasil, emprega “equipamentos muito grandes, como colunas de absorção”. Já a segunda, incipiente ainda, “materiais mais leves e compactos e de operação simples”. O processamento é feito em alto-mar, e essa tecnologia, que faz a filtragem do gás em nível molecular e dissipa sua contaminação, permite “reduzir o peso em plataformas em cerca de 1/4 e o tamanho em 1/3, o que é importante”.

Borges afirma que ambos processos serão estudados no CEGN, o convencional a cargo da Escola de Química da UFRJ e o de permeação por membranas, da Coppe, com possibilidade de integração entre as unidades. Quanto ao último, propiciará, diz o coordenador, “desenvolver a melhor forma de operação de novas membranas e combinações”. Após a separação, detalha ele, o CO₂ pode ser reinjetado no reservatório de petróleo, otimizando sua extração, além de permitir processar o gás natural. Como conta Borges, a análise proposta no CEGN envolverá cerca de 60 pesquisadores, entre mestrandos, doutorandos e engenheiros. Consequência deve ser o desenvolvimento de inovação e formação de pessoal altamente qualificado na área, o que refletirá em vantagens ao País. Na engenharia, a capacitação de mão de obra especializada na área de petróleo e gás é um dos gargalos apontados por especialistas, ao que o centro pretende dar resposta. Com seus benefícios, o Brasil deve, como complementa ainda o coordenador, “reduzir sua dependência tecnológica com soluções e melhorias em eficiência no processamento de gás natural e na extração do petróleo”.

Por Soraya Misleh